



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Mensagem Presidencial Enviada ao Congresso Nacional, em 15 de Fevereiro de 1991

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Quero que esta Mensagem, a primeira que envio ao Congresso Nacional, no início da Sessão Legislativa, represente testemunho de meu apreço e de minha homenagem a esta instituição, essência do sistema democrático. Sirva também para reafirmar minha crença no papel central desempenhado por esta Casa, a que servimos meu avô, meu pai e eu próprio, na construção do destino da grandeza do País.

Uma das primeiras atitudes que assumi em meu governo foi a de, pessoalmente, entregar ao Poder Legislativo as medidas adotadas para a execução do projeto de reconstrução nacional. Há precisamente 11 meses, em meu discurso de posse no Congresso, assinalai que não poderia prescindir da colaboração permanente desta Casa. Esta convicção solidificou-se ainda mais: é imperioso o diálogo entre os Poderes, assim como a busca do consenso. A crítica independente não rejeita a convergência de opiniões e nem tampouco se compraz com a oposição sistemática.

A este Congresso renovado pelas eleições recentes, dirijo a minha palavra, abro as portas de meu gabinete e estendo a mi-

nha mão. Espero que o mútuo respeito que nutrem Legislativo e Executivo seja a base de um entendimento amplo, indispensável a esta tarefa maior que, afinal, é de todos os brasileiros: a construção de um Brasil mais justo e feliz.

Em meu discurso de posse, apresentei um projeto de transformação nacional, que havia sido consagrado pelas primeiras eleições diretas para a Presidência da República em 30 anos. Mudanças profundas, capazes de recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento harmônico, com paz social, eram reivindicações de toda a sociedade.

O relatório pormenorizado deste quase um ano de Governo, assim como os programas previstos para 1991, acham-se relacionados nos capítulos referentes a cada um dos Ministérios e Secretarias governamentais. A leitura desse documento demonstrará que, em pouco tempo, muito se fez, como fruto do trabalho e da dedicação de brasileiros que servem à causa pública com patriotismo. Sob um comando firme, ações de Governo seguem rumo claro e integrado.

Os Poderes funcionam em sua plenitude, com liberdade e independência.

A Nação responde ao projeto de reconstrução nacional de modo alentador: a cidadania deu seu aval convicto e inquestionável às medidas ousadas e difíceis, adotadas já nos primeiros dias de meu governo. Foi igualmente encorajadora e fundamental a reação do Congresso, que demonstrou compartilhar da mesma visão do projeto de transformação e modernização do País. Todos olhávamos para as melhores formas de realizar os objetivos de progresso, dentro do marco institucional adequado: o respeito aos preceitos constitucionais.

Esse delicado processo de promover mudanças profundas, dentro da mais estrita observância da Lei Maior, recentemente aprovada, exigiu a cooperação permanente dos Poderes constituídos. Deve-se ter presente que as mudanças legais e institucionais introduzidas pela Constituição de 1988 deram surgimento a uma série de situações inéditas, cujo equacionamento demandou interpretações e exegeses de políticos e de juristas. Nesse particular, orientações precisas, sábias e inspiradoras emanaram do Supremo Tribunal Federal.

«No marco da lei, começamos
a romper o círculo vicioso
das vantagens cartoriais, que premiavam
a ineficiência e encorajavam
a corrupção.»

Estavam criadas as condições para a arrancada decisiva rumo à consolidação democrática e à superação dos graves problemas nacionais. Sentimo-nos preparados para o embate cotidiano de idéias e concepções, que se estabeleceria entre os setores da opinião pública identificados com correntes ideológicas de oposição. Aí se encontra o alimento necessário à Democracia.

Estávamos cientes da resistência que enfrentaríamos ao contrariar interesses incrustados dos grupos que prosperaram à sombra do privilégio e do egoísmo. A modernização do País exigia o fim dos clientelismos. No marco da lei, começamos a romper o círculo vicioso das vantagens cartoriais, que premiavam a ineficiência e encorajavam a corrupção.

Sempre movido pelos anseios de justiça e de consolidação da transição política que o País enfrentava, busquei, desde as primeiras horas de meu governo, pautar minha conduta pela firmeza e objetividade nas decisões e pela lisura e equilíbrio no trato com os meus opositores.

O entendimento nacional é a única via para a superação não somente das crises que o Brasil enfrenta há décadas, mas também dos vícios políticos que há muito assolam esta Nação. Nesse sentido, as diretrizes de meu governo têm sido claras: criar uma sociedade moderna, que cultue a democracia como processo e como propósito. Dar combate prioritário e sem tréguas à inflação, a fim de promover uma real distribuição de renda, que permita a todos acesso aos padrões de consumo condizentes com o nível de desenvolvimento do País. Redefinir o papel do Estado na economia e na vida institucional da sociedade. Promover uma política social relevante, que ataque os dramas

nacionais na área da infância, da educação, da habitação, das secas, do índio. Renegociar a dívida externa sem comprometer o desenvolvimento nacional e sem mais sacrifícios em vão de parte dos brasileiros. Colocar o Brasil na vanguarda da proteção ambiental, ao tempo em que se incentiva o desenvolvimento industrial harmônico do País e se busca incentivar a pesquisa científica e tecnológica.

Senhores Congressistas,

Gostaria neste instante de deter-me em alguns temas que, por sua relevância ou oportunidade, merecem referências especiais.

O primeiro desses temas é o relativo à inflação. Desde o início de meu governo venho travando luta permanente contra a inflação. Os resultados obtidos são indiscutivelmente positivos, pois reduzimos a taxa mensal, que era de 81,3%, para cerca de 12,8%, em média, entre abril e dezembro. Causas cuja análise consta de capítulo específico nesta Mensagem explicam porque os resultados ficaram aquém do esperado. Posso afirmar-lhes, entretanto, que isso me encoraja a prosseguir no caminho traçado pelos imperativos de justiça social e racionalidade econômica. A luta para conter a inflação é sobretudo uma luta contra a injustiça. O agravamento da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, refletido nas pesquisas do IBGE, resulta, em essência, da ocorrência de altos índices inflacionários. Na corrida ascendente, os salários sempre perdem para os preços. Os desamparados são os menos capazes de ajustar seus ganhos aos novos níveis de preços.

Apesar dos inegáveis êxitos obtidos, expressos na redução da inflação, nos 10 meses consecutivos de superávit fiscal e na austera política monetária, a conjugação de fatores internos, como a quebra da safra agrícola e a falta de cooperação de alguns setores da sociedade, e de fatores externos, como o aumento de custos das importações e a incerteza gerada pela crise do Golfo, reverteram, em agosto último, as expectativas de inflação declinante. A reaceleração dos aumentos de preços indicou claramente ao Governo que cabia a adoção de novas medidas, capazes de aprofundar o programa original e que permitissem o prosseguimento das reformas econômicas.

As ações já empreendidas e as que submeti ao Congresso Nacional apontam na direção da modernização da economia. À transitoriedade da trégua nos preços — necessária à quebra das expectativas inflacionárias — sobrepõem-se o fim da indexação da economia, o aprofundamento da disciplina fiscal pelo maior controle do gasto público e das estatais, as reformas do sistema financeiro, a criação dos Fundos de Aplicação Financeira, e do Fundo de Desenvolvimento Social, a adoção de moderno indicador de referência para a taxa de juros que rompe a automática ligação entre inflação passada e futura, a implementação do Plano Diretor de Mercado de Capitais e da progressiva redução das alíquotas do Imposto de Importação.

«Estou consciente de que o necessário
ajustamento da economia pode
acarretar sacrifícios para
a sociedade.»

Não me afastarei da trilha da modernidade cujos marcos se evidenciam no elenco das medidas citadas. A jornada para esse novo patamar de desenvolvimento será mais curta e menos penosa na medida em que formos capazes de estancar a inflação.

Convido, assim, à reflexão os que tendem a contemporizar com os aumentos excessivos de preços, com os pleitos salariais acima do que seria economicamente viável e os lenientes com os desperdícios e ineficiências no Estado e suas empresas. Os indulgentes com a inflação estão coniventes com a injustiça social. A repartição mais justa da riqueza tem como pré-requisito a derrota da inflação. Esta não é uma bandeira só do Governo, mas uma aspiração de toda a sociedade brasileira, representada no Congresso em sua plenitude e legitimidade. Cabe, pois, a esta Casa o papel relevante de promover, pela chancela do Direito, e de induzir, pela formação de atitudes e expectativas, o processo de combate à inflação.

Estou consciente de que o necessário ajustamento da economia pode acarretar sacrifícios para a sociedade. A minoração desses sacrifícios, ou sua distribuição desigual, de maneira a poupar os menos afortunados, só poderá ser conseguida se os diferentes segmentos da sociedade e o Governo pactuarem entre si. O Congresso Nacional tem que ter participação decisiva na conquista desse entendimento: sobram-lhe competência e legitimidade e creio não lhe faltar empenho.

É no contexto da perspectiva da participação do Congresso que pretendo conduzir o País ao caminho da modernidade. Como assinalou em recente artigo um cientista social brasileiro, as transformações políticas que ocorreram nos últimos anos da década de 80, notadamente na Europa, aliadas às inovações tecnológicas que alteraram as tradicionais vantagens comparativas de um país, fizeram encolher o leque de opções administrativas dos governos. Eficiência, produtividade e economia de mercado não são mais palavras e expressões características dos países capitalistas. A grande globalização que presenciamos na economia mundial impõe competência na gestão macroeconômica e competitividade na produção de bens e serviços. Não há alternativa à crescente integração econômica mundial. A opção autárquica levará o País ao isolamento político e à falência econômica. As economias de mercado não somente produzem mais riqueza que as centralmente planejadas como ensejam mais liberdade e democracia. Isto nos demonstra a evidência histórica recente. O pluripartidarismo, de que os senhores congressistas são manifestação concreta, não se nutre da concentração da riqueza nas mãos do Estado mas, antes, de sua dispersão pelos diferentes agentes econômicos.

O Programa de Desestatização; a promoção da qualidade, da produtividade e da capacitação tecnológica; a desregulamentação da atividade econômica; a reforma administrativa; e a nova política industrial e de comércio exterior, nela compreendida a reforma tarifária, são realizações concretas e em pleno curso que demonstram que o Brasil escolheu o caminho da reforma para integrar-se mais rapidamente à nova sociedade internacional.

A modernização do Estado brasileiro e a adequação da economia aos imperativos da contemporaneidade não estarão

completas se não forem acompanhadas do reexame de normas e princípios consagrados no texto constitucional vigente.

A lealdade e a obediência que devoto à Constituição não me inibem de conclamar os senhores congressistas à tarefa de buscar seu aprimoramento. A abrangência dos 315 artigos do texto constitucional o torna permeável a modificações aperfeiçoadoras, já previstas pelo Constituinte de 1988, quando programou a revisão constitucional para outubro de 1993, que prestigiosos congressistas já postulam a antecipação.

Senhores Senadores, Senhores Deputados,

O desenvolvimento tem como ponto de partida e meta final o homem. O capital humano é hoje, certamente, o elemento primordial na promoção do crescimento econômico. Não se registra um só caso no mundo moderno de um país que esteja na vanguarda do progresso cujo capital humano seja de má qualidade. Os exemplos mais evidentes que hoje nos fornece a comunidade internacional são precisamente os de países que alcançaram riqueza num quadro de carência de recursos naturais, mas abundante de recursos humanos de boa qualidade. São esses recursos que possibilitam a geração de tecnologia, fator decisivo no mundo moderno na separação entre ricos e pobres. O investimento na formação intelectual é tarefa a que atribuo grande prioridade, como forma de melhorar drasticamente o atual quadro brasileiro, de insuficiente e comprometedora taxa de escolaridade, no ensino fundamental. A disseminação do conhecimento é poderoso indutor de mobilidade social vertical e, por conseguinte, da distribuição da renda. A educação está na base da riqueza das nações.

«A dramática situação da infância
no Brasil exige providências imediatas.»

Particularmente nesse campo, o trabalho do Executivo depende em muito do Legislativo: peço aos senhores congressistas empreenderem ação determinada junto aos governos esta-

duais e municipais para que sejam alocados recursos ao ensino de primeiro e segundo graus no montante mínimo determinado pela Constituição. Os esforços que o Governo Federal está empreendendo para desenvolver programas de alfabetização em massa necessitam ser complementados pela educação básica, cuja responsabilidade constitucional cabe também aos estados e municípios.

A dramática situação da infância no Brasil exige providências imediatas. A perda considerável de vidas ceifadas prematuramente, em razão da fome, da má qualidade do atendimento do sistema de saúde e da falta de saneamento básico; o abandono de milhões de crianças que perambulam por nossas cidades, expondo-se a todo tipo de degradações e violência, é uma tragédia que tem de acabar. Meu governo, com sentido de urgência, tem trabalhado para reverter esse inaceitável panorama, mediante a mobilização racional de recursos financeiros e humanos. O projeto do «Ministério da Criança» é o instrumento institucional mais adequado para coordenar as ações que estão sendo desenvolvidas na assistência à infância.

Cada menor abandonado é um sinal de alerta que deve despertar dor de consciência em todo cidadão movido pelos ideais de justiça e de respeito aos direitos humanos. A missão de pôr termo a esse estado de coisas talvez seja das tarefas mais nobres e inspiradoras de meu governo. Conto com a ajuda do Congresso Nacional para alcançar esse objetivo.

A preocupação e a seriedade com que os Poderes constituídos da República têm tratado as questões sociais no País estão contribuindo para a fixação de uma nova imagem do Brasil no exterior.

No domínio da política externa, o Brasil tem sido protagonista de decisões importantes e tem participado ativamente no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. Sob meu governo, a luta pelo desenvolvimento ganhou nova feição e novo direcionamento, erigindo como componentes básicos do esforço de modernização a maior abertura à competição externa e a inserção crescente do Brasil na economia internacional. Esse conjunto integrado de decisões de política econômica amplia de forma substancial as oportunidades de cooperação para parcei-

ros internacionais do País nas áreas comercial, financeira e tecnológica. Uma das conseqüências de grande monta dessa ampliação de oportunidades é o novo impulso que se pôde dar, pelo lado brasileiro, ao processo, que já se encontrava em curso, de aproximação e integração com os países da América Latina e, em particular, com nossos vizinhos do Cone Sul.

O ganho de legitimidade no quadro interno do País, a defesa intransigente das liberdades públicas e dos direitos humanos, e a prioridade concedida à preservação ambiental projetam na cena internacional uma nova imagem da sociedade brasileira. A defesa clara dos princípios cardeais do «Direito das Gentes», o respeito estrito às decisões emanadas dos organismos internacionais e a coerência e a transparência de nossa atuação passam a gerar maior confiabilidade ao País e configuram possibilidade de uma inserção mais eficaz no meio internacional.

O tema da dívida externa é uma das questões de que trato com interesse e prioridade, pois todos sabemos que do equacionamento equilibrado e racional desse problema depende o futuro da integração da economia brasileira no fluxo internacional de comércio e investimentos. Tenho procurado encetar negociações sérias e realistas com os credores do País, a fim de alcançar soluções de compromisso que possam ser efetivamente honradas, sem sacrifícios adicionais para a Nação.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Os cidadãos de boa-fé sabem que nesse primeiro ano de Governo não poupei energia e esforço para dar o encaminhamento correto e legítimo aos principais problemas nacionais. Encontrei nesta Casa apoio e inspiração para governar sob o signo da transparência, com a perspectiva da complexidade e amplitude das gravíssimas questões que estão a exigir solução imediata e, se possível, definitiva. Procurei governar com absoluto sentido de prioridade.

Procurei, igualmente, governar com autoridade, com firmeza, sem transgredir, contudo, os preceitos da legitimidade. A generosidade, a imparcialidade, a disposição permanente para o diálogo foram balizas para minha conduta.

Procurei, ainda, governar de acordo com o projeto que foi consagrado nas urnas, mas sem preconceitos ideológicos, sem-

pre disposto a ouvir e a buscar o consenso. Mantive permanentemente o sentido do interesse nacional, lastreado, embora, na percepção clara de nossa posição no mundo: o Brasil não pode ceder ao provincianismo, mas tampouco pode iludir-se com um cosmopolitismo ingênuo.

Acredito que, em seu conjunto, o balanço desses primeiros meses de governo é extremamente positivo. Não ignoro, nem subestimo, eventuais falhas ou omissões. Por todas elas sou responsável. Não se deve, contudo, ignorar a conjuntura nacional e internacional nem sempre favoráveis. Os resultados colhidos até o momento deixam-me confiante: eles demonstram que as mudanças são possíveis, que o povo brasileiro aceitará o sacrifício passageiro, se sentir que dele advirá um tempo de prosperidade, justiça e paz social.

Estou convicto de que a construção de um Brasil novo depende do trabalho individual de cada brasileiro. Talento e recursos naturais são relevantes, mas sem trabalho árduo não se constrói uma grande nação.

A construção desse Brasil novo, porque depende essencialmente da nossa vontade e constitui tarefa de todos e de cada um, haverá de ser conduzida em clima de diálogo e de entendimento — sem barreiras intransponíveis entre o Governo e oposição — no marco de pluralismo político consagrado no primeiro artigo da nossa Constituição.

*Mensagem enviada por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião da abertura da
1ª Sessão Legislativa da 49ª Legislatura,
do Congresso Nacional,
no dia 15 de janeiro de 1991.*